

---

---

**A infância em *O pequeno polegar* sob o olhar de Robert Darnton**

Rodrigo Milhomem de Moura<sup>1</sup> - PPGLL/UFG

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo discutir a infância em *O Pequeno Polegar* sob o olhar de Robert Darnton. Para isso, amparamo-nos nas problematizações de história da infância (HEYHOOD, 2004); contos orais como documentos e fontes históricas (DARNTON, 1986); infância e literatura (AMARILHA, 2000). O tipo de pesquisa utilizado é o bibliográfico e a abordagem é a qualitativa. Na análise do conto, observamos que a infância predominante é a camponesa: pobre, miserável e abandonada. Devido a esse contexto problemático e miserável, é necessário que artefatos ou seres mágicos apareçam para tirar as famílias camponesas de suas situações degradantes.

**Palavras-chave:** Infância. História. Literatura. Contos Populares. *O Pequeno Polegar*.

**Childhood in *O pequeno polegar* under Robert Darnton's gaze**

**Abstract:** This work aims to discuss childhood in *Tom Thumb* under the eyes of Robert Darnton. For this, we support ourselves in the problematizations of childhood history (HEYHOOD, 2004), oral tales as documents and historical sources (DARNTON, 1986), childhood and literature (AMARILHA, 2000). The type of research used is the bibliographic and the approach is qualitative. In the analysis of the story, we observe that the predominant childhood is the poor, miserable and abandoned peasant girl. Due to this problematic and miserable context, it is necessary that artifacts or magical beings appear to take peasant families out of their degrading situations.

**Keywords:** Childhood. History. Literature. Popular Tales. *Tom Thumb*.

**Introdução**

*Hoje eu acordei chorando, eu sonhei com minha infância  
Sonhei com meus onze anos, todo cheio de esperança  
Vi minha casa de tábuas, lá no alto a escolinha  
[...] Duvido alguém que não chore, se voltasse à sua infância  
Nossa infância é só uma, nossa infância é só uma  
É só uma nossa infância.  
(Zé Carreiro e Carreirinho)*

Tratar do tema infância exige-nos grandes responsabilidades e, conforme breve análise do verso “*Nossa infância é só uma*”, percebemos que as experiências e vivências de cada sujeito são únicas. Para muitos de nós, realmente, a infância pode ter

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Estudos Linguísticos e Literários. Graduado em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Pará (UEPA).

sido doce, e, olhá-la de agora (adultos/as) pode ser algo magnífico e saudoso. O eu-lírico, por exemplo, demonstra sentir grande nostalgia desse momento de sua vida e, assim, narra a partir de um “sonho” alguns aspectos, particularidades e acontecimentos que o marcaram (ao que tudo indica, momentos felizes e de grandes descobertas e aprendizagens). Contudo, para outras pessoas, a infância pode significar momento de grandes pesadelos e sofrimentos. É válido citar, neste sentido, que no decorrer da história, a categoria *infância* passou por diversas transformações e várias representações a seu respeito foram sendo construídas.

Ressaltamos que tanto o constructo de representação quanto o de infância não são lineares ou homogêneos, pois fazem parte dos momentos socio-históricos de cada época e sociedade no transcorrer dos tempos. Quando falamos de representação, por exemplo, Santos (2011) nos chama a atenção para o fato de esse constructo estar bastante ligado à História Cultural. Para ele,

[...] devemos compreender o conceito de representação tendo em vista uma filosofia dos signos que se movem, onde não há sujeitos fixos, de um lado, representando objetos imóveis, de outro é como um tabuleiro de xadrez, muda-se a posição das peças e temos novos sentidos, novas ordens, outras cosmologias. Dependendo do contexto, um peão pode se converter em pedra angular. (SOUZA, 2011, p. 48).

Em outras palavras, significa dizer que a representação está ligada às sociedades, às épocas e às culturas. Por isso, os sujeitos podem assumir diferentes sentidos, novas perspectivas e cosmologias, e, dependendo da posição que ocupam, podem mudar a representação e a ordem daquele grupo ao qual se vinculam. Logo, a “vida cotidiana se apresenta como um mundo subjetivamente dotado de sentido coerente” (ALEXANDRE, 2004, p. 133-4), representado por cada sujeito. Salienta ainda o autor:

É uma modalidade particular porque não é todo “conhecimento” que pode ser considerado representação social, mas somente aquele que faz parte da vida cotidiana das pessoas, através do senso comum, que é elaborado socialmente e que funciona no sentido de interpretar, pensar e agir sobre a realidade. É um conhecimento prático que se opõe ao pensamento científico, porém se parece com ele, assim como aos mitos, no que diz respeito à elaboração destes conhecimentos a partir de um conteúdo simbólico e prático (ALEXANDRE, 2004, p. 127).

A representação existe nas interações sociais cotidianas, nas ações e interpretações do sujeito sobre o e no mundo. Cada “existência” representa naquele dado contexto um

conhecimento simbólico e prático. Em face disso, é possível inferir que várias representações de infância foram construídas nas sociedades. Muitas delas encaravam essa fase da vida como algo ruim, sem valor e sem as particularidades com as quais a encaramos em nossa época. A própria origem do termo é bastante recente e sob a ótica social, “a infância surge como categoria, a partir do século XVIII (em torno de 1750). [...] Assim sendo, as crianças participavam das sociedades sem os cuidados especiais às suas necessidades” (AMARILHA, 2000, p. 127).

Nessa acepção, o conceito de infância não é algo inato às sociedades, pelo contrário, foi sendo construído social e culturalmente no decorrer dos séculos e, por muito tempo, perdurou uma cultura de mistura entre infância e vida adulta. Soma-se a isso a invisibilidade dada às crianças, principalmente, as pobres, já que elas eram iniciadas desde cedo no mundo do trabalho. Assim, as crianças enquanto sujeitos sociais foram silenciadas e não respeitadas em suas singularidades, uma vez que determinados comportamentos tidos como inatos à infância, bem como os próprios aspectos de proteção aos direitos e deveres dos pequenos (presentes em muitas sociedades hoje em dia) eram inexistentes nas sociedades do passado.

Acreditamos que as representações de infância podem ser abordadas historicamente nos textos literários, visto que fazem parte do imaginário das sociedades e, por serem passados de geração para geração (no caso dos textos orais), podem registrar quais foram os ideais de *infância* daquela sociedade, naquele momento. Os contos, causos, as fábulas e outros textos literários podem trazer detalhes de como as crianças eram vistas socialmente ao longo dos séculos. Dessa forma, motivados pelo fascínio dos contos de fadas, suas linguagens e representações, reconhecemos o conto *O Pequeno Polegar* como um documento para analisar a infância da França do Antigo Regime. Não desconhecemos as lacunas e falhas desse artefato, mas dentro dessas limitações tentamos questionar e compreender como a infância foi abordada e entendida naquele contexto.

É assim que surge a inquietação do estudo: como a infância é retratada no conto de fadas *O Pequeno Polegar*? Para tanto, analisamos sob o olhar de Darnton (1986) a(s) infância(s) apresentada(s) no conto de fadas *O Pequeno Polegar*. Concordamos de antemão com Amarilha (2000, p. 127) de que a representação “[d]a criança pobre, abandonada é tema presente nos contos de fadas” e faz-se presente também em *O Pequeno Polegar*. Para tanto, aparamo-nos nas problematizações da história da infância

(HEYHOOD, 2004); contos orais como documentos para compreender as representações sociais de dadas épocas (DARNTON, 1986); infância e literatura (AMARILHA, 2000).

Para esta revisão, valemo-nos de materiais já elaborados, tais como artigos, teses dissertações (GIL, 2002, SEVERINO, 2007) e o conto de fadas *O Pequeno Polegar*, de Charles Perrault. Além disso, seguimos a abordagem qualitativa interpretativista, pois consideramos que “as interpretações qualitativas são construídas, [...] não existe uma única verdade interpretativa. Como afirmamos anteriormente, o que existe são múltiplas comunidades interpretativas, cada qual com seus próprios critérios para avaliar uma interpretação” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 37). Para as análises, seguimos os pressupostos de Darnton (1986, p. 26), uma vez que as narrativas orais nos possibilitam verificar a distância de nosso pensamento e de outras épocas e, assim, “podemos avaliar a distância entre nosso universo mental e o dos nossos ancestrais se nos imaginarmos pondo para dormir um filho nosso contando-lhe a primitiva versão camponesa do Chapeuzinho Vermelho”.

Em síntese, este texto está subdividido em ponderações sobre infância no decorrer da história, infância e literatura, contextualização e análise do conto *O Pequeno Polegar* e considerações finais.

### **1 Breves reflexões sobre a infância na história...**

As pesquisas no campo da infância são consideradas por muitos estudiosos como recentes. Historicamente, o referido termo não gerou tanto desejo de pesquisa. Essa falta “de uma história da infância e seu registro historiográfico tardio são um indício da incapacidade por parte do adulto de ver a criança em sua perspectiva histórica” (NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, 2008, p. 03). A própria origem do vocábulo apresenta essa raiz histórica e ideológica de invisibilização e silenciamento.

O palavra infância “advinda do latim *infantia* quer dizer - ‘incapacidade de falar, mudez’ (AMARILHA, 2000, p. 129). Despidos da voz, do *verbum*, das palavras... os pequenos eram silenciados e vítimas de negligências e descasos inimagináveis (VALDEZ, 2003). Não havia tanto cuidado com essa fase da vida, por isso a alimentação e a higiene eram quase impossíveis, o que culminava em altas taxas de mortalidade. Heywood (2004, p. 87) expressa que o pouco cuidado com a infância

[...] nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação dos filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um ‘pobre animal suspirante’, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade.

A falta de zelo e de cuidado para com as crianças, somadas às constantes doenças que assolavam à população aumentavam as probabilidades dos pequenos morrerem de fome, frio e/ou de alguma doença. Heywood (2004, p. 49) ainda chama a atenção para as ambiguidades que nos são apresentadas na história sobre a infância: “é fácil oscilar entre considerar as crianças como anjinhos e como pequenos demônios, ou entre sentir-se obrigado a proteger uma criança e temer ser consumido por ela”.

Na mesma esteira de debate, outro aspecto que devemos mencionar é a duração dessa fase da vida. Freitas e Kuhlmann Jr (2002, p. 08) expressam:

Pode-se restringir aos primeiros 12 ou 18 meses – a infância, depois a puerícia etc. Ou então ao período que se estende até completar os 7 anos, a idade da razão – e dentro dele a subdivisão em primeira infância e etc. Ou ainda pode durar até os 10, 12, 14 anos – como na análise de Ariés sobre o prolongamento da infância, com a criação dos colégios onde as crianças ficariam separadas do mundo dos adultos.

Diante da citação, observamos que não há um consenso acerca da duração da infância, mas vale ressaltar que, “a infância (assim como a adolescência) durante a Idade Média não passou tão ignorada, mas foi antes definida de forma imprecisa, e por vezes, desdenhada” (HEYHOOD, 2004, p. 29). Em virtude disso, as crianças não tinham um papel bem definido nas sociedades e, para o referido autor, havia um nivelamento nas funções a serem assumidas por elas:

[...] isso não significa dizer que as pessoas nesse tipo de sociedade ‘primitiva’ não estivessem cientes das diferentes etapas de desenvolvimento entre os mais novos. Havia um óbvio nivelamento de responsabilidades que as de menos idade podiam assumir: desde trabalhos menores na casa até o pastoreio e, eventualmente, um aprendizado de ofício ou um trabalho formal no campo. Elas também tinham seus jogos, ao invés de participar das competições adultas (HEYHOOD, 2004, p. 30).

Já no período moderno (XVI e XVII) na Inglaterra, segundo Heyhood (2004), os primeiros a se preocuparem com a infância foram os puritanos, que questionaram o lugar desses indivíduos na sociedade. Para eles, as crianças eram seres grotescos, sendo comparados a fardos e a “pequenas víboras”. Enquanto que na França, os reformadores

católicos apresentavam visões de menosprezo e inferioridade às crianças, designando-as como fracas e culpadas pelo pecado original. Por outro lado, alguns fatores foram necessários para modificar a concepção de infância vigente: o surgimento da educação (que serviria para diferenciar as etapas da vida) e o capitalismo na Europa Ocidental (século XV- XVIII).

No século XVIII, alguns escritores do Romantismo e pensadores do Iluminismo como Locke e Rousseau conseguiram evidenciar algumas representações de infância (consideradas mais contemporâneas), “eles afirmaram com segurança que as crianças são importantes em si, em vez de serem simplesmente adultos imperfeitos” (HEYHOOD, 2004, p. 37). Locke, na visão do autor, mesmo apresentando a ideia de que a educação podia fazer grande diferença para a sociedade, não conseguiu se desvincular completamente da tese do pecado original. Já Rousseau opôs-se duramente à ideia do pecado original, expressando que “a infância tem suas próprias formas de ver, pensar, sentir’, sua própria forma de raciocínio, sensível, pueril, diferentemente da razão ‘intelectual’ ou ‘humana’ adulta” (HEYHOOD, 2004, p.38). Já os românticos, “apresentavam as crianças como criaturas de profunda sabedoria, sensibilidade estética mais apurada e uma consciência de verdades morais mais duradouras” (p. 39).

As concepções de infância pregadas pelos autores românticos foram contrapostas devido a manutenção da tradição do pecado original, sendo intensificadas com o surgimento do movimento protestante (HEYHOOD, 2004). É necessário ressaltar que havia uma estratificação social, tendo em vista que a educação era mais presente na classe elitizada do que na classe marginalizada. No século XIX, houve mudanças significativas no trato com infância, assim como nas representações que foram adotadas para esse momento da vida.

Vale salientar que, segundo Valdez (2003), somente a partir do século XVIII é que se vai apartar a infância da vida adulta. É preciso assinalar que esse ato de caráter burguês, posteriormente, transformou-se em “universal”. Essa modificação na estrutura social representou significativas mudanças para a construção e a representação da infância e, a partir disso, começou-se a pensar em escolas específicas para crianças, separando as crianças de suas famílias para serem formadas para a vida adulta.

Além disso, é necessário citar que a história da infância se mistura em grande parte aos princípios e pensamentos religiosos (surgindo a necessidade dos batismos, por exemplo). A partir de Santo Agostinho (354-430), a visão sobre a infância muito ficou

ligada aos dogmas e preceitos religiosos, tendo em vista que, de acordo com ele, a maldição do pecado original fora transmitida de geração para geração. Tudo havia começado com Adão e Eva e “a única maneira pela qual o pecado original poderia ser remido era o sacramento do batismo” (HEYWOOD, 2004, p. 50). Isto posto, se uma criança morresse antes de ser batizada, estava fadada a “vagar para sempre”.

Em síntese, seguindo essa linha de raciocínio, para Heywood (2004, p. 57), “as influências culturais sobre a construção de infância foram muitas e diversificadas: contribuições da Antiguidade Clássica, dos invasores bárbaros, do humanismo e, acima de tudo, do Cristianismo”. Além desses aspectos, as pressões do processo de desenvolvimento econômico foram fundamentais para a constituição da categoria infância. E, com o passar do tempo, começa-se a pensar em uma literatura voltada para o público infantil.

## **2 Infância e literatura na história**

Com o advento da Revolução Industrial, a infância passou a ser concebida de outras maneiras, com um espaço social mais bem definido: primeiro, a burguesia viu-se obrigada a construir escolas para que seus filhos dominassem as competências básicas de leitura, escrita e aritmética, para que quando se tornassem adultos assumissem posições de liderança; segundo, a infância pobre e marginalizada passa a “ser vista”, principalmente, a partir dos desejos capitalistas por mão de obra barata (AMARILHA, 2000). Desse modo, os cuidados da burguesia para com as crianças pobres tinha o propósito de “fazê-las viver”, para que não morressem de doenças e desnutrição, e no futuro trabalhassem para seus filhos:

Se a vida em comum com os adultos, antes da Revolução Industrial, tratava a criança com descaso, agora, o seu valor enquanto geração de braços para a indústria e cabeças para o comando lhe traz o exílio do seu tempo. Viver a infância passa a ser um período dominado por modelos de preparação para ser o futuro adulto. A criança como tal, com identidade específica, continua desrespeitada e desumanizada (AMARILHA, 2000, p. 128-9).

Para a autora, a infância continua sendo desrespeitada nesse período, e a escola direcionada para a elite contribuiu para uma formação sociocultural segregadora, já que os conhecimentos repassados às crianças pobres tinham outros objetivos. Retira-se os

indivíduos de seu contexto pobre e desumanizado para colocá-los na escola e “formá-los” para a vida adulta: cada um com funções muito bem delimitadas (“o rico mandar e o pobre seguir suas ordens”). O que percebemos nesse período, de acordo com a estudiosa, é que a criança ainda está longe de ser respeitada em sua singularidade e potencialidade.

Na mesma esteira de discussão, é válido salientar que a criação de escolas e a possibilidade de acesso das crianças pobres a esse bem fará ecos significativos para a implementação da literatura e do livro. Ressalta Amarilha (2000, p. 129): “é nesse momento que, reconhecendo a necessidade de educar a criança, seja pobre ou não, nos moldes da cultura burguesa, que se abre um campo em potencial de produtos culturais”.

Complementando essa ideia, Zilberman (2012, p. 20) expressa que “os primeiros livros para as crianças foram produzidos no final do século XVII e durante o século XVIII. Antes disso, não se escrevia para elas porque não existia infância”. Dessa forma, começa-se a desbravar o universo da infância por meio da literatura. Começa-se a observar algumas singularidades desse período da vida e começa-se a pensar em livros para esse momento.

Assim, a história da infância e da literatura infantil vão se entrelaçando. Quando analisamos os dizeres de Coelho (2000, p. 16) observamos que a literatura é de fundamental importância para se compreender “a história das culturas e o modo pelo qual elas foram sendo transmitidas de geração para geração [...]. Literatura oral ou literatura escrita foram as principais formas pelas quais recebemos a herança de nossa tradição”.

Na mesma esteira de debate, Scharf (2000, p. 20) expressa que “cada época compreendeu e apresentou literatura à sua maneira. [...] Conhecer a literatura que cada época destinou às suas crianças é uma forma de entender os valores e ideais em que cada sociedade se fundamentou”. Logo, os textos literários podem ser fontes importantes para a compreensão das sociedades, suas culturas e suas infâncias. Para a autora,

Ainda no século XVII a literatura dividiu espaço com o leitor infantil através dos contos de fadas. Essa produção literária aparece na França pelas mãos de Charles Perrault; ele recolhe narrativas populares e faz adaptações, dando a sua obra valores comportamentais da classe burguesa. (SCHARF, 2000, p. 23).



Charles Perrault será considerado, posteriormente, um grande nome da Literatura Infantil. Para isso, foi necessário que ele viajasse pelos interiores da França e “recolhesse” os contos dos camponeses. Muitos desses contos – orais –, traziam um cunho trágico, macabro e grotesco. Afinal, era a realidade que os camponeses viviam. Como seu ideal era vender os livros e atender a classe burguesa da época, ele ressignificou muitos aspectos coletados dessas narrativas, aproximando-as da vivência burguesa.

Mesmo diante desse dado, acreditamos que esses textos trazem informações importantes para compreendermos os ideais de infância apresentados em *O Pequeno Polegar*, pois os contos populares são documentos históricos, que “surgiram ao longo de muitos séculos e sofreram diferentes transformações, em diferentes tradições culturais. Longe de expressarem as imutáveis operações do ser interno do homem, sugerem que as próprias mentalidades mudaram” (DARNTON, 1986, p. 26) e, dessa forma, podem ser úteis para observarmos as representações de infância da França do Antigo Regime.

### **3 Contextualizando o estudo: *O Pequeno Polegar* – Charles Perrault**

Charles Perrault (1628-1703) viajou os interiores da França e coletou várias histórias dos camponeses. Em busca de contar a história para a realeza, Perrault fez adaptações aos textos originais retirando: “passagens obscenas ou repugnantes que continham incestos, canibalismo e sexo grupal a fim de manter seu apelo literário junto ao gosto de seus ouvintes, pois estes viviam nessa época sob o contexto do conflito religioso entre católicos e protestantes” (PESSOLATO; BRONZATTO, 2014, p. 5). Gradativamente, inspirado pelos ideais religiosos, Perrault começa a acrescentar uma moral nos contos. Em 1697 ele publica o conto *O Pequeno Polegar*, no qual narra a miséria e a dificuldade das famílias pobres de se manterem e sustentarem seus filhos.

Por conseguinte, por meio da literatura do conto de fadas citado, discutimos quais infâncias do século XVII da França nos são apresentadas. Dito de outro modo, reconhecemos que os contos de fadas podem ser importantes fontes para se analisar um dado momento ou contexto, entretanto é essencial termos cautela para que não caiamos em armadilhas ou anacronismos. Esses contos, provindos das narrativas orais e passados de geração para geração, eram normalmente contados em torno das lareiras, durante os

trabalhos manuais, como em volta das rodas de fiar. Por serem da tradição oral, não se sabe ao certo quem criou ou onde surgiram, mas, segundo Darnton (1986), os contos orais possuem várias versões, em diferentes sociedades.

### **3.1 Análise do conto *O Pequeno Polegar* de Charles Perrault: à luz de Robert Darnton**

O conto de fadas *O Pequeno Polegar*, de Charles Perrault, apresenta elementos que podem nos ajudar a compreender como a infância na França do século XVII era encarada. A narrativa apresenta uma família de nove pessoas: 7 crianças, o pai e a mãe. O Pequeno Polegar, o caçula de 7 irmãos, era franzino e bem pequenino, seu tamanho não ultrapassava o de um polegar, daí o seu apelido. Essas características incomodavam a família: “o que os entristecia ainda mais, é que o mais moço era muito franzino e não falava uma palavra: confundiam com estupidez o que era sinal da qualidade de seu espírito [...] quando veio ao mundo, não era maior que um polegar” (PERRAULT, 1994, p. 10).

Devido à grande fome e aos problemas sociais que se alastravam pela França, os pais sentiram-se obrigados a abandonar suas crianças para não vê-las morrer de fome. Essa realidade era bastante presente na sociedade daquela época e é retratada na narrativa da seguinte forma: “veio um ano muito difícil, e a fome foi tão grande, que aquela pobre gente resolveu se desfazer dos seus filhos” (PERRAULT, 1994, p. 10). Portanto, as experiências camponesas eram permeadas pela escassez de mantimentos e alimentação essenciais à sobrevivência deles e dos filhos. Não havia condições básicas de higiene, nem tampouco espaços destinados à infância – pelo menos como os conhecemos hoje. O trabalho era repetitivo e hereditário, isto é, “o senhorialismo e a economia de subsistência mantinham os aldeões curvados sobre o solo, e as técnicas agrícolas primitivas não lhes davam qualquer oportunidade de se desencurvarem” (DARNTON, 1986, p. 41). Era um verdadeiro círculo vicioso. Isso corroborava para a manutenção das dificuldades, da pobreza e da obtenção da própria subsistência e da prole, levando muitos pais a abandonarem seus filhos ou iniciá-los muito cedo no mundo do trabalho. Assim, a infância que observamos nessa primeira visada de análise do conto é a pobre, a marginalizada e a abandonada, uma vez que o Pequeno Polegar e seus irmãos foram deixados à “própria sorte”.

Nesse sentido, observamos que o contexto histórico do conto e de tantos outros coletados por Perrault nos mostra “que a realidade econômica da época em que eles circulavam oralmente era muito desigual entre as diferentes classes sociais existentes” (PESSOLATO; BRONZATTO, 2014, p. 5). No conto, por exemplo, a quantidade de filhos que os dois lenhadores tiveram (sete no total) nos leva a refletir a situação de extrema pobreza e desigualdade que enfrentavam, já que para Heyhood (2004, p.63) “as pessoas casadas em todas as épocas geralmente esperavam ter filhos, mas não muitos”. Além de serem pobres e sem condições, buscamos, também no conto, elementos que pudessem explicar o porquê dessa quantidade de filhos e a justificativa que nos foi apresentada: *a lenhadora não tinha menos que dois filhos em cada gestação*.

Darnton (1986, p. 44) reitera esses aspectos sociais e expressa que “um novo filho, muitas vezes, significava a diferença entre pobreza e indigência”. Dito de outro modo, um novo filho mesmo não sobrecarregando as despesas familiares, podia gerar muitos malefícios/penúria às próximas gerações, quando fossem dividir os poucos bens da família. No contexto do conto, conseguimos perceber que o Pequeno Polegar, ao nascer tão pequeno, gerou uma certa frustração e muitas dúvidas em sua família no que concerne tanto à sua sobrevivência quanto à capacidade de contribuir com os afazeres.

Esse receio, ao que tudo indica, demonstra que família do pequeno menino tinha consciência das altas de taxa de mortalidade que assolavam a França à época (assim como do desastre demográfico ocorrido no país). Darnton (1986, p. 49) traz luz a essa discussão: “abandonando seus filhos na floresta, os pais do Pequeno Polegar tentavam enfrentar um problema que acabrunhou os camponeses muitas vezes, nos séculos XVII e XVIII – o problema da sobrevivência durante o período do desastre demográfico”. No conto, observamos as preocupações da mãe: “depois de considerar o sofrimento que seria vê-los [os filhos] morrer de fome, ela consentiu e foi dormir chorando” (PERRAULT, 1994, p. 10). Consentir, nesse caso, quer dizer: autorizar o pai a abandonar as crianças na floresta para não vê-los definharem. Essa prática era comum: “algumas vezes, os pais lançam os filhos à estrada, para que se tornem mendigos ou ladrões. Outras vezes, fogem eles próprios, deixando as crianças em casa. E ainda outras, vendem os filhos ao diabo” (DARNTON, 1986, p. 49).

Por serem pobres, uma outra característica que podemos observar dessa infância está centrada na iniciação precoce ao mundo do trabalho. Na narrativa observamos isso quando o pai diz: “estou decidido a perdê-los amanhã no bosque, o que será bem fácil,

pois é só fugir enquanto estiverem entretidos enfeitando os gravetos” (PERRAULT, 1994, p. 10), “[...] o pai e a mãe, vendo-os ocupados a trabalhar, afastaram-se imperceptivelmente” (p.12). Mediante Darnton (1986, p. 54) “os contos populares mostram, constantemente, pais trabalhando nos campos, enquanto os filhos recolhem madeira, guardam as ovelhas, pegam água, tecem lã, ou mendigagem”. *O Pequeno Polegar* também aborda essa perspectiva, pois todos os irmãos estão a trabalhar na floresta, mostrando-nos que isso era algo habitual, pois “longe de condenarem a exploração do trabalho infantil, ficam indignados quando não ocorre” (DARNTON, 1986, p. 54). Afinal, em um mundo tão fragilizado e difícil, dominado pela miséria, quanto mais mãos trabalhando, mais chances de conseguirem o mínimo para a sobrevivência.

É válido trazer à baila que o encontro com os seres mágicos representava a única forma de quebrar o ciclo de pobreza dos camponeses, já que podiam tirá-los daquela situação em um passe de mágica. Naquele período o frio era intenso, por isso era comum a ausência de bons lugares para se produzir alimentos, pois o solo ficava coberto de neve e os miseráveis passavam muito frio, devido às péssimas condições de seus abrigos. Reiterando essa ideia, a simplicidade dos filhos comerem um pedaço de bolo todos os dias demonstra que “o desejo habitualmente é por comida, nos contos dos camponeses, e jamais é ridículo (DARNTON, 1986, p. 52). A comida representa, desse modo, mais um dia de vida para essa população, marcada pela falta de itens básicos de sobrevivência. Por isso,

Quando recebe varinhas de condão, anéis mágicos ou auxiliares sobrenaturais, o primeiro pensamento do herói camponês é sempre para a comida. Jamais demonstra qualquer imaginação, em seu pedido [...] Comer até se encher, comer até a exaustão do apetite (*manger à as faim*), era aí principal prazer que tentava a imaginação dos camponeses e que eles raramente realizavam em suas vidas (DARNTON, 1986, p. 52-3).

A mágica era, portanto, a única saída. Além da presença dos seres mágicos, aparecem também artefatos e/ou objetos mágicos que ajudam os indivíduos a conseguirem riquezas para saírem da condição social a qual se vinculavam. *O Pequeno Polegar*, por exemplo, era de grande inteligência, o que nos leva a crer que as crianças do imaginário francês do Antigo Regime necessitavam de características como essas para conseguirem sobreviver. Isso será detalhado no encontro dos pequenos

abandonados com a família de ogros – que, no nosso entendimento, significa o “tamanho” da problemática a ser vencida pelas personagens.

O ogro (marido) comia crianças, o que pode ser no imaginário coletivo camponês justificativa também para o desaparecimento delas. A mulher do ogro, todavia, se comove com a situação dos pequenos e os abriga em casa. Quando o marido se depara com o “banquete” – os sete abandonados–, não se controla e quer se alimentar deles naquele momento, mas após insistência da ogra ele deixa para o dia seguinte (O Pequeno Polegar não acredita naquilo e resolve arquitetar um plano). O casal de ogros tinha sete filhas. Todas muito bem cuidadas, vestidas, alimentadas e protegidas. A ogra coloca os sete meninos em camas confortáveis no mesmo quarto das sete ogrinhas.

Os meios encontrados pelo Pequeno Polegar para resistir àquela noite demonstra que na luta pela sobrevivência vale tudo. A própria existência do ogro, como algo gigante a ser enfrentado e ele tão pequenino podem representar os desafios das crianças nessa sociedade, restando-lhes a inteligência para sobreviver. Por isso, a astuta criança, ao ser colocada no mesmo quarto das ogrinhas, percebe que elas estão padronizadas - usam coroas de ouro. Então, o Pequeno Polegar resolve agir: “temendo que o ogro se arrependesse de ainda não tê-los degolado, levantou-se e, apanhando os bonés de seus irmãos e o dele, foi bem de mansinho colocá-los nas setes filhas dos ogros [...] [o ogro] cortou sem vacilar o pescoço das sete filhas” (PERRAULT, 1994, p. 32-33).

É mister citar que a infância das ogrinhas é muito diferente da infância do Pequeno Polegar e de seus irmãos. Notemos que elas usam coroas de ouro, estão bem vestidas, todas bem acomodadas e bem alimentadas. Isso, a nosso ver, demonstra que o ogro e sua família podem ser consideradas como as famílias que constituíam a nobreza e que tinham acesso à comida e conforto, contudo valiam-se da mão de obra e do esforço de trabalho dos mais pobres, no caso do conto: comendo-os. Portanto, a infância apresentada é saudável, permeada pelos cuidados dos pais ogros. Muito diferente da enfrentada pela família do pequeno menino.

O Pequeno Polegar é responsável por salvar os irmãos de todos os obstáculos aos quais são submetidos, desde o abandono dos pais, até a fuga da casa do ogro e depois da perseguição do gigante, que usava uma bota de sete léguas. A forma encontrada, além da astúcia do pequeno e franzino menino, é a prática do furto. Furtar a bota de 7 léguas do gigante, uma bota mágica, é sua única saída naquele momento: "as botas eram grandes e muito largas; mas como eram mágicas, tinham o dom de aumentar e diminuir

conforme o pé que a calçava" (PERRAULT, 1994, p. 37). Para isso, ele espera o ogro dormir. O uso desse recurso mágico – bota – e sua esperteza fazem com que o Pequeno Polegar consiga ouro e mantimentos para sua família. Com isso, seus pais conseguem condições melhores e aceitam os filhos em casa novamente. Agora todos eles são importantes e podem ajudar no sustento familiar, não sendo mais inúteis.

Segundo Perrault (1994, p.41), não existe um entendimento único acerca do desfecho da história, pois há quem defenda que ele roubou todo o ouro do ogro e outros dizem que ele trabalhava na corte como mensageiro, levando e trazendo cartas. Em suma, em um momento que a infância é representada como pobre, desvalida e silenciada (os irmãos do Pequeno Polegar, por exemplo, não falam), percebemos que a existência de um menino minúsculo, algo fantasioso e mágico, pode significar a sobrevivência de toda sua família. Por outro lado, encontramos a infância das ogrinhas, permeadas de cuidados e alimentação adequados. Isso evidencia, no nosso entendimento, uma sociedade desigual, na qual a infância pobre não é reconhecida.

### **Considerações Finais**

O trabalho buscou apresentar algumas considerações sobre a infância no conto *O Pequeno Polegar*. Para isso, fizemos um breve panorama histórico desse conceito e verificamos a intrínseca relação entre infância, religião e educação. Quanto à infância em *O Pequeno Polegar*, observamos, a partir de Darnton (1986), que a representação predominante é a camponesa, ou seja, a pobre, que luta pela sobrevivência e que agoniza por comida. Relata também a saga de um povo que para fugir das suas condições miseráveis apegava-se ao sobrenatural, à magia, ao inusitado, a objetos e artefatos mágicos. Também observamos um contraponto: a infância das ogrinhas, que era regada de privilégios e de cuidados com essa fase da vida – muito diferente das demais crianças.

A atitude dos pais do Pequeno Polegar diante dos filhos - de abandoná-los - remete a um outro aspecto: o período em que o abandono foi mais frequente devido aos problemas demográficos que o país (França) enfrentava. Isso acaba por evidenciar a infância abandonada. Além disso, as atitudes tomadas pelo pequeno menino demonstram que “os fins justificam os meios, e que na luta pela sobrevivência vale tudo”. É válido frisar que os demais meninos (irmãos), só conseguem escapar do ogro,

de suas vidas miseráveis e da morte devido à astúcia do irmão mais novo. Ele se torna na história um “pequeno ladrão” e a família só o aceita à medida que ele se torna produtivo. Ressaltamos ainda que os irmãos são bastante passivos na história, e apenas o Pequeno Polegar – enquanto criança – age ativamente naquele contexto, contrariando o que lhe era esperado.

A descrição de vários elementos da narrativa contribuiu para as inferências feitas no decorrer das análises. Além disso, ajuda a esclarecer que a literatura pode se tornar uma fonte de pesquisa rica, haja vista apresentar e contextualizar dados momentos. Momentos esses que podem ser úteis para reconhecermos e conhecermos determinados períodos da história. Afinal, quem fala, fala de algum lugar e em um determinado tempo (ou época).

Por fim, é necessário citar que este trabalho não está pronto e acabado, uma vez que um texto sempre pode sofrer modificações em determinados momentos e circunstâncias. Posto isso, outros elementos podem ser analisados na narrativa, não somente a infância. Assim, acreditamos que outros trabalhos podem ser feitos, inclusive complementando este, visto que o conto deixa diversas margens para outros questionamentos e investigações.

## Referências

ALEXANDRE, M. Representação social: uma genealogia do conceito. **Comum**. Rio de Janeiro, v.10, n°23, p 122-138, 2004.

AMARILHA, M. Infância e literatura: traçando a história. **Revista Educação em Questão**, v. 11, n. 2, p. 126-137, 200. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/9497>. Acesso em 10 de junho de 2019.

CARREIRO, Z. CARREIRINHO. **Infância é só uma**. Disponível em: <<<https://www.letras.mus.br/ze-carreiro-carreirinho/939425/>>> Acesso em 22 de junho de 2018.

DARNTON, R. **O grande massacre dos gatos** – e outros episódios da História Cultural Francesa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas: São Paulo, 2002.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância:** da Idade Média à época contemporânea no ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KULHMANN JR, M. A circulação de ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: Freitas, Marcos César & KULHMANN JR, Moisés. **Os intelectuais na História da Infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

NASCIMENTO, C. T. do; BRANCHER, V. R; OLIVEIRA, V. F. de. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Revista Contexto & Educação**, v. 23, n. 79, p. 47-63, 2008.

PERRAULT, C. **Contos da Mamãe Gansa.** (Trad. Ayalla Kluwe de Aguiar. Carmem Maria Serralta. Rosa Maria Martins Freitas). Porto Alegre: Paraula, 1994.

PESSOLATO, L; BRONZATTO, M. As Transformações dos Contos de Fadas e o Surgimento da Infância. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, 2014.

SANTOS, D. V. C. do. Acerca do conceito de representação. **Revista de Teoria da História-Journal of Theory of History**, v. 6, n. 2, p. 27-53, 2011.

SCHARF, R. F. **A escola e a leitura: prática pedagógica da leitura e produção textual.** Dissertação de mestrado. Universidade do Sul de Santa Catarina–UNISUL. Tubarão, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** Cortez editora, 2007.

VALDEZ, D. **História da infância em Goiás:** séculos XVIII e XIX. Goiânia/GO: Editora Alternativa, 2003.

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola.** São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 2012.